

Construtor de Vendas S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Construtor de Vendas S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	425.156	907.862	Fornecedores	9	225.818	89.555
Aplicações financeiras	4	1.579.574	302.144	Obrigações e provisões trabalhistas	10	874.080	540.916
Contas a receber de clientes	5	460.464	285.962	Obrigações tributárias	11	75.288	53.580
Impostos a recuperar	6	14.498	8.994	Outras obrigações	12	51.977	47.441
Outros créditos	7	63.323	8.999				
				Total do passivo circulante		1.227.163	731.492
Total do ativo circulante		2.543.015	1.513.961				
				Total do passivo não circulante		-	-
Imobilizado	8	511.802	184.343				
				Patrimônio líquido	13		
Total do ativo não circulante		511.802	184.343	Capital social		1.630.047	1.113.364
				Reserva de Lucros		197.607	-
				Prejuízos acumulados		-	(146.552)
				Total do patrimonio líquido		1.827.654	966.812
Total do ativo		3.054.817	1.698.304	Total do passivo e patrimônio líquido		3.054.817	1.698.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtor de Vendas S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Operações Continuadas			
Receita líquida de vendas	14	9.516.928	4.769.960
Custo dos serviços prestados	15	<u>(5.618.793)</u>	<u>(3.234.903)</u>
Lucro bruto		<u>3.898.135</u>	<u>1.535.056</u>
Despesas com vendas	16	(568.044)	(40.489)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.934.071)	(764.244)
Lucro operacional		<u>396.020</u>	<u>730.323</u>
Receitas financeiras	17	65.528	25.161
Despesas financeiras	17	<u>(24.813)</u>	<u>(23.537)</u>
Resultado financeiro		<u>40.715</u>	<u>1.624</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>436.735</u>	<u>731.946</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(92.576)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>344.159</u>	<u>731.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtor de Vendas S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	344.159	731.946
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente Total	<u>344.159</u>	<u>731.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtor de Vendas S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Total
			Legal	de Lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		80.000	-	228.359	308.359
Distribuição de Lucros		-	-	(807.705)	(807.705)
Aumento de Capital Social		1.550.046	-	-	1.550.046
Capital a integralizar	13	(516.682)	-	-	(516.682)
Resultado do exercício		-	-	432.794	432.794
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.113.364	-	(146.552)	966.812
Integralização de capital	13	516.683	-	-	516.683
Reserva legal		-	17.208	(17.208)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	344.159	344.159
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.630.047	17.208	180.399	1.827.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtor de Vendas S/A

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Lucro líquido do exercício		344.159	731.946
Ajustes para:			
Depreciação	8	44.853	25.415
		<u>389.012</u>	<u>757.361</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	5	(174.502)	(139.765)
Impostos a recuperar	6	(5.504)	(8.994)
Outros créditos	7	(54.324)	(6.879)
		<u>(234.330)</u>	<u>(155.638)</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	136.263	89.481
Obrigações e provisões trabalhistas	10	333.165	487.892
Obrigações tributárias	11	(9.866)	23.286
Outras obrigações	12	4.537	(125.560)
		<u>464.099</u>	<u>475.099</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		<u>618.781</u>	<u>1.076.822</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		31.573	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		<u>650.354</u>	<u>1.076.822</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(1.277.430)	(302.144)
Aquisição de ativo imobilizado	8	(372.313)	(171.744)
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos		<u>(1.649.743)</u>	<u>(473.888)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de empréstimos com partes relacionadas		-	(10.000)
Aumento de capital social	13	516.683	1.033.364
Distribuição de dividendos		-	(807.705)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento		<u>516.683</u>	<u>215.659</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(482.706)</u>	<u>818.593</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		907.862	89.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>425.156</u>	<u>907.862</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(482.706)</u>	<u>818.593</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Construtor de Vendas S.A. (“Companhia”) tem sede no município de Aracajú, no estado de Sergipe e foi constituída em 15 de outubro de 2009. O objeto social é a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas de computação, de consultoria e treinamento, informação na internet; agência de notícias; reprodução de software em qualquer suporte; tratamento de dados e provedores de serviços de aplicação; serviços de hospedagem na internet; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis; consultoria em tecnologia da informação; intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e serviços de organização de eventos online ou presenciais.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 3 de junho de 2022.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados (notas 3.2 e 8);

- A identificação e valorização da provisão para litígios (nota 3.5);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(iv) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(v) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(vi) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 180 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

Até o mês de agosto de 2020, a Companhia tinha como regime de tributação o Simples Nacional e, a partir de setembro de 2020, passou a ser tributada pelo regime de Lucro Real.

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

(iv) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes

A receita de software compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- i. Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- ii. As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Impactos relacionados à pandemia Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia definiu um plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção da prática de trabalho remoto (home office).

A Companhia analisou os impactos decorrentes da pandemia em suas demonstrações financeiras e não identificou distorções relevantes em suas operações.

3.10 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica a Empresa.

c) Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

No exercício de 2021, a Administração considera que não há estimativas que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui R\$ 425.156 (R\$ 907.862 em 2020) em montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa. Os montantes são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

b. Aplicação financeira

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui montante de R\$ 1.579.574 (R\$ 302.144 em 2020) em Certificados de depósitos bancários (CDB) e operações compromissadas (com lastro em debêntures), com rendimentos que variam entre 95% e 100% do CDI (98% e 100% em 2020). Sua modalidade de aplicação possui restrições quanto ao prazo de resgate, por isso, segregado dos equivalentes de caixa, não atendendo dessa forma os critérios para seu resgate.

5 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Clientes nacionais	460.464	285.962
	460.464	285.962

O contas a receber são liquidados com um prazo médio total inferior a 60 dias.

(a) A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

<i>Aging list</i>	2021	2020
A vencer	177.639	250.630
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	9.088	35.332
De 30 a 60 dias	31.659	-
De 60 a 90 dias	18.549	-
De 90 a 180 dias	40.765	-
Acima de 180 dias	182.764	-
	460.464	285.962

6 Impostos a recuperar

	2021	2020
IRRF s/ aplicação	3.152	63
ISS	4.121	1.706
IRRF s/ serviços	4.298	4.298
CSLL s/ serviços (i)	2.927	2.927
	14.498	8.994

(i) Retenções não utilizadas no exercício de 2020 e 2021, as quais tratam-se CSLL retido na fonte sobre o faturamento de prestação de serviços.

7 Outros créditos

	2021	2020
Adiantamento a colaboradores	60.942	8.639
Outros créditos	2.381	360
	63.323	8.999

8 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Total
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2019	1.849	10.750	-	12.599
Adições	3.782	191.179	2.199	197.160
Depreciação	(574)	(24.664)	(178)	(25.416)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	5.057	177.265	2.021	184.343
Adições	22.202	264.791	85.319	372.312
Depreciação	(949)	(43.269)	(635)	(44.853)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	26.310	398.787	86.705	511.802

9 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores a pagar	225.818	89.555
	225.818	89.555

10 Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Salários a pagar	213.031	169.802
INSS a recolher	101.899	93.497
FGTS a recolher	36.843	22.765
IRRF a recolher	69.999	46.982
Provisão de férias e 13º Sal.	394.003	201.658
Encargos s/ prov. de férias	58.305	6.212
	874.080	540.916

11 Obrigações tributárias

	2021	2020
ISS a recolher	21.591	30.519
PIS a recolher	6.168	3.060
COFINS a recolher	28.223	14.039
IRPJ a recolher	10.095	-
CSLL a recolher	3.919	-
Outras obrigações	5.292	5.962
	75.288	53.580

12 Outras obrigações

2021	2020
------	------

Outras contas a pagar	4.635	3.694
Pró-labore a pagar	44.377	42.533
Adiantamento de clientes	2.965	1.214
	51.977	47.441

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 2020 e 2021 o capital social da Companhia é composto por 1.630.047 (um milhão, seiscentos e trinta mil, quarenta e sete reais) em ações, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, todas pertencentes a sócios domiciliados no país, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de ações	Capital (R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	90.980	1.113.364
Integralização de Capital	-	516.683
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.980	1.630.047

c. Integralização de capital social

Conforme 3ª Alteração do Contrato Social, ocorreu em 2021 a integralização de 10.880 Ações conforme Acordo de Investimentos e Compra e Venda de Ações firmado em 30/07/2020.

d. Distribuição de lucros

Os acionistas farão jus ao recebimento, proporcionalmente à participação de cada um no capital social da Companhia, o montante de 25%, cálculos sobre o Lucro Líquido, a título de dividendos obrigatórios.

Durante o exercício de 2021 não houve distribuição de lucros conforme deliberação em Ata de assembleia extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2022. No exercício de 2020 houve distribuição de lucros no valor de R\$ 807.705.

e. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei nº 6.404/1976. O saldo da reserva em 2021 totaliza R\$ 17.208.

14 Receita líquida de vendas

	2021	2020
Receita bruta	10.722.057	5.536.354
Deduções da receita	(1.205.129)	(766.394)
Receita operacional líquida	9.516.928	4.769.960

A dedução da receita é composta por impostos sobre o faturamento conforme detalhado abaixo:

	2021	2020
INSS s/ Faturamento	(482.744)	-
COFINS s/ Faturamento	(321.662)	(73.463)
PIS s/ Faturamento	(69.693)	(15.917)
ISS	(331.030)	(127.837)

Simples Nacional	-	(549.177)
Dedução da receita	(1.205.129)	(766.394)

15 Custos

	2021	2020
Despesas com pessoal	(3.941.621)	(3.080.883)
Serviços terceirizados	(699.655)	(137.248)
Licenças e associações	(653.237)	(89)
Demais custos	(324.280)	(16.772)
Total	(5.618.793)	(3.234.903)

16 Despesas operacionais

	2021	2020
Comissões sobre vendas	(568.044)	(40.489)
Custo com pessoal	(2.187.099)	(348.628)
Serviços de terceiros	(432.976)	(297.002)
Despesas com instalações gerais	(129.563)	(44.065)
Gastos com viagens	(53.805)	(42.840)
Outras despesas operacionais	(130.628)	(31.710)
Total	(3.502.115)	(804.734)

	2021	2020
Despesas com vendas	(568.044)	(40.489)
Despesas gerais e administrativas	(2.934.071)	(764.244)
Total	(3.502.115)	(804.734)

17 Resultado financeiro

	2021	2020
Juros ativos	65.528	25.161
Tarifas bancárias	(13.708)	(9.072)
Impostos e taxas	(10.015)	(7.183)
Outras despesas financeiras	(1.090)	(7.282)
Resultado financeiro	40.715	1.624

18 Imposto de renda e contribuição social

Composição das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

a. Composição dos tributos correntes

	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	436.735
Compensação do prejuízo fiscal	(164.452)
Base de cálculo para o imposto de renda e contribuição social após a compensação com prejuízo fiscal	272.283

Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social
Imposto de renda e contribuição social correntes

34%
(92.576)

19 Partes relacionadas

Em 2021, foi pago a título de remuneração aos Administradores da Companhia o montante de R\$ 738.000 (R\$ 449.700 em 2020).

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

f. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	425.156	907.862
Aplicações Financeiras	1.579.574	302.144
Contas a receber de clientes	460.464	285.962
Fornecedores	(225.818)	(89.555)
	<u>2.239.376</u>	<u>1.406.413</u>

g. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2021, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

h. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

i. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

Grau de endividamento

Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente

Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

* * *

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2021.

Adriano Cesar Passenko
Diretor Financeiro

Susana Souza Santos Nascimento
Contadora – CRC/SE 004102/O